

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**MÁRIO SÉRGIO PEIXOTO LEITE**

**UMA PROPOSTA DE ENTENDIMENTO DA PERSPECTIVA DE  
REPRODUÇÃO DA VIDA E DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO  
ASSENTAMENTO GUARDINHA – JARDIM-MS**

**JARDIM-MS  
2011**

**MÁRIO SÉRGIO PEIXOTO LEITE**

**UMA PROPOSTA DE ENTENDIMENTO DA PERSPECTIVA DE  
REPRODUÇÃO DA VIDA E DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO  
ASSENTAMENTO GUARDINHA – JARDIM-MS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade  
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária  
de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de  
Licenciado em Geografia.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira**

**JARDIM-MS  
2011**

## FICHA CATALOGRÁFICA

LEITE, M. S. P.

Uma proposta de entendimento da perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa no Assentamento Guardinha – Jardim-MS / Mário Sérgio Peixoto Leite – Jardim: [s.n.], 2011.

58 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

1. Estrutura agrária brasileira / 2. Luta pela terra no Brasil / 3. Assentamento Rural Guardinha – Jardim - MS.

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos científicos.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MÁRIO SÉRGIO PEIXOTO LEITE**

### **UMA PROPOSTA DE ENTENDIMENTO DA PERSPECTIVA DE REPRODUÇÃO DA VIDA E DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO GUARDINHA – JARDIM-MS**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Soares de Oliveira**

---

**Coordenadora do Curso de Geografia, UEMS**

**1º Prof. Msc. Elvis dos Santos Matos**

---

**Professor do Curso de Geografia, UEMS**

**2º Prof.<sup>a</sup> Msc. Gezeli Eberhard**

---

**Professora do Curso de Geografia, UEMS**

**Jardim-MS, 01 de dezembro de 2011**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus e aos meus familiares que sempre me incentivaram nessa longa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e a toda minha família que de maneira direta ou indireta, com gestos ou palavras, estimularam-me a continuar na busca do conhecimento. Em especial a minha esposa Rosilene Aparecida Filles, que nesses quatro anos sempre soube compreender minhas ausências me dando força nas horas mais difíceis dessa longa caminhada.

Aos Professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, unidade de Jardim, que em muito contribuíram para este momento. Em especial a minha orientadora, Professora Dra. Ana Maria Soares de Oliveira, que não mediu esforços para me orientar na construção desse trabalho.

Aos meus colegas de curso, que nestes quatro anos caminharam juntos nesta longa jornada de nossas vidas.

Aos assentados do Assentamento Rural Gardinha, que não mediram esforços em me auxiliar na pesquisa de campo.

Aos funcionários do INCRA, em especial ao Sr. Edson, por disponibilizar dados e informações sobre o assentamento.

Ao Sr. comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar, Tenente-Coronel Alexandre Rosa Ferreira, por estimular a busca por uma formação acadêmica dos policiais militares de Jardim-MS.

## **EPIGRAFE**

*“A reforma agrária é para os trabalhadores rurais  
uma estratégia para romper o monopólio da terra e  
permitir que possam se apropriar um dia dos frutos  
do seu próprio trabalho”*

**José Graziano da Silva**

## RESUMO

LEITE, Mário Sérgio Peixoto. **Uma proposta de entendimento da perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa no Assentamento Guardinha – Jardim-MS**. 2011. 59 p. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Jardim, 2011.

Em um Brasil tradicionalmente agrário-exportador, concentracionista de terras e capital, a reforma agrária desponta como uma perspectiva de mudança social e de desenvolvimento rural, devido ao seu caráter inclusivo, capaz de proporcionar o acesso à terra pelos trabalhadores rurais que foram expulsos do campo, seja pela mecanização da agricultura moderna, ou ainda pela falta de incentivos à agricultura familiar e camponesa. O modelo, contraditório e excludente, que rege nossa sociedade, desprestigia os trabalhadores, os pequenos camponeses, os grupos indígenas, etc., acirrando assim as disputas territoriais no Brasil, o que faz emergir os movimentos sociais de luta pela terra. Nesse sentido este trabalho visa investigar e compreender a trajetória de luta, de desapropriação das terras e de formação do Assentamento “Guardinha”, em Jardim-MS, sem, contudo, deixar de fazer uma leitura teórico-metodológica do processo de luta pela terra e de reforma agrária no Brasil e, de modo particular em Mato Grosso do Sul. Focaremos, sobretudo, o estágio atual de desenvolvimento do referido assentamento, buscando apreender as condições sociais e econômicas das famílias ali assentadas, bem como a reflexão acerca da perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa e, portanto do cumprimento da função social da terra. Levaremos também em consideração na investigação e análise, a existência de políticas públicas que atendam às demandas dos assentados.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Assentamento Guardinha. Desenvolvimento Socioeconômico.

## ABSTRACT

LEITE, Mário Sérgio Peixoto. **A proposal of understanding from the perspective of reproduction of peasant life and the condition in settlement Guardinha – Jardim-MS.** 2011. 59 p. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Jardim, 2011.

In a Brazil traditionally agrarian-export, full of concentration of lands and capital, the agrarian reform has emerged as a perspective of social change and rural development, due to its inclusive character, capable of provide the access to land by rural workers who were expelled from the field, is the mechanization of modern agriculture, or the lack of incentives for family farming and peasant. This contradictory and exclusionary logic that governs our society places on one side landowners, capitalists and the State and other workers, small farmers, indigenous groups, rural communities, etc., sharpening territorial disputes in Brazil, giving rise to social movements struggle for land. In that sense, this work aims to investigate and understand the path of struggle, expropriation of land and formation of the Settlement “Guardinha” in Jardim-MS, without, however, fail to make a theoretical and methodological reading of the struggle for land and agrarian reform in Brazil, especially in Mato Grosso do Sul. We will focus, mostly, the current stage of development of that settlement, seeking to understand the social and economic conditions of families settled there, and the reflection on the perspective of life and reproduction of the peasant condition and therefore, fulfill social function of land. We will also consider research and analysis, the existence of public policies that meet the demands of the settlers.

**Keywords:** Agrarian Reform. Settlement Guardinha. Socioeconomic Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com a localização do Assentamento Rural Guardinha, no município de Jardim-MS. ....	36
Figura 2 - Posto de Saúde do Assentamento Guardinha – Jardim-MS. ....	42
Figura 3 - Parcela onde são fabricados derivados do leite dentro do Assentamento.....	43
Figura 4 – Produção diversificada na parcela do entrevistado O. I. P. (54).....	45

## LISTA DE TABELAS / GRÁFICOS

Tabela 1 - Taxas médias anuais de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e da População Economicamente Ativa (PEA) .....	24
Tabela 2 – Projetos da reforma agrária no período de 01/01/1900 até 18/08/2011.....	35
Tabela 3 - Produção por Assentado/entrevistado no Assentamento Rural Gardinha em Jardim-MS.....	44
Tabela 4 - Outras fontes que contribuem para a renda das famílias Assentadas/entrevistadas. .....	46

## **LISTA DE SIGLAS**

APLAFAGR - Associação dos Produtores de Leite e Agriculturas Familiar do Projeto de Assentamento Guardinha e Região.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IHU- Instituto Humanitas Unisinos.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MCR – Manual de Crédito Rural.

MST - Movimento dos trabalhadores Sem Terra.

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRRA - Programa Regional de Reforma Agrária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA E O ACESSO A TERRA NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
1.1. Origens Históricas .....	18
1.2. A Questão Agrária no Contexto da Industrialização e Modernização da Agricultura .....	20
1.3. Espaço Agrário de Mato Grosso do Sul .....	25
<b>CAPÍTULO II - LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL .....</b>	<b>28</b>
2.1. A Luta Pela Terra e os Movimentos Sociais no Brasil.....	29
2.2. Mobilizações Sociais e o MST no Brasil. ....	30
2.3. Luta Pela Terra em Mato Grosso do Sul .....	31
<b>CAPÍTULO III - ASSENTAMENTO RURAL GUARDINHA EM JARDIM-MS: SÍNTESE DA VIDA E PRODUÇÃO CAMPONESA.....</b>	<b>35</b>
3.1. Caracterização do Assentamento Rural Guardinha .....	36
3.2. Histórico de Luta Pela Terra .....	37
3.2.1. Condições de Existência Durante o Acampamento.....	39
3.2.2. A Formação do Assentamento.....	39
3.3. Incentivos do Governo .....	40
3.4. Infra-Estrutura .....	41
3.5. Produção no Assentamento .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

É fato que a estrutura fundiária brasileira tem sido historicamente concentradora de terra e de renda, nas mãos de uma minoria. Respalhada pelas leis, muitas vezes falhas e/ou mal aplicadas, que favorecem determinados grupos em detrimento de outros; pela omissão do Estado e dos órgãos de controle e fiscalização.

Essa situação se agravou no decorrer do processo de modernização da agricultura no Brasil à medida que acirrou a concentração de terras e de riquezas, excluindo do acesso a terra milhares de camponeses que foram expropriados e expulsos do campo. Estes foram forçados a migrar para as periferias das grandes cidades a procura de novas oportunidades.

Nesse contexto de expropriação camponesa, de modernização e de assalariamento no campo e de urbanização, tem-se o surgimento e/ou intensificação de inúmeros problemas sociais. Do baixo índice de escolaridade, à falta de qualificação para o mercado de trabalho urbano e à baixa remuneração dos trabalhadores somam-se os problemas sociais nos grandes centros, tais como a favelização, a falta de saneamento básico, a marginalização e a violência, como reflexo da deficiência de serviços públicos básicos para atender a demanda urbana crescente (OLIVEIRA, 2009, p. 59-60).

Neste sentido, segundo Lins (1998, p.6 apud BUAINAIN, 2008, p. 326),

O processo de urbanização acelerada tem na sua origem, entre outros fatores, o elevado índice de concentração da propriedade da terra e a reduzida capacidade da agricultura de tipo empresarial de gerar empregos permanentes no campo (LINS, 1998, p.6 apud Buainain, 2008, p. 326).

Assim, a emergência, no Brasil, dos conflitos sociais envolvendo trabalhadores urbanos e rurais decorrem da forma como a nossa sociedade está organizada social, política e economicamente. Temos, especialmente no campo, setores de atividades, a exemplo do chamado agronegócio, que se dizem modernos, geradores de emprego, renda e desenvolvimento, todavia pautados na concentração de terras, capital e na superexploração da força de trabalho, que são favorecidos pela legitimação de terras devolutas, pelo acesso fácil às linhas de crédito e financiamentos e, portanto, pelo apoio manifesto do Estado e omissão nos casos em que cometem irregularidades (OLIVEIRA, 2011, p. 1). Enquanto a agricultura voltada para o cultivo de alimentos básicos fica à mercê das políticas públicas, criadas pelo

mesmo Estado, que colocam a pequena produção camponesa de base familiar em desvantagem perante a produção para o mercado e para a exportação.

Essa lógica contraditória e excludente que rege a nossa sociedade, que coloca de um lado latifundiários, capitalistas e o Estado e, de outro os trabalhadores, os pequenos camponeses, grupos indígenas, comunidades rurais, etc., acirraram as disputas territoriais no Brasil, fazendo emergir os movimentos sociais de luta pela terra.

Neste sentido cabe salientar que “a ação redistributiva que se faz por via da reforma agrária apresenta um nítido e imediato efeito integrador, social e econômico” (LINS, 2008, p. 325). Desse modo, o trabalhador rural, excluído do acesso a terra, vê como alternativa de retorno ao campo, seu ingresso em grupos (movimentos) sociais, que visem sua inclusão em terras desapropriadas pelo governo.

Segundo Girardi e Fernandes (2008, p. 75),

[...] o Brasil é um país sem segurança alimentar, já que grande parte da população não tem acesso aos alimentos. Por conseguinte, o país também não goza de soberania alimentar, já que o cerceamento à terra e o não acesso aos meios adequados para nela produzir não permitem que todos os que almejem possam plantar (GIRARDI e FERNANDES, 2008, p. 75).

Faz-se importante destacar que não se pode pensar a segurança alimentar sem levar em consideração a necessidade de se criar uma reforma agrária de fato. Que permita o acesso de famílias a terra, de modo que lhes garanta a produção e a reprodução da vida e da condição camponesa, promovendo o desenvolvimento rural e a efetivação da função social da terra<sup>1</sup>.

No Brasil, segundo Rolf Hackbart (2011)<sup>2</sup>, existem mais de sete mil assentamentos rurais, sendo esses ocupados por cerca de um milhão de famílias assentadas. Já no estado de Mato Grosso do Sul, conforme dados disponibilizados pelo INCRA - Unidade de Jardim/MS, através do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, há atualmente um total de 203 assentamentos rurais.

A busca pelo entendimento acerca dos conflitos sociais na sociedade do capital e, sobretudo das questões que envolvem a luta pela terra no Brasil nos motivou a propor esta

---

<sup>1</sup> Segundo Oliveira (2011, p. 4) a terra cumpre sua função social quando “[...] é produtiva, quando o cultivo respeita a legislação trabalhista e ambiental e quando nela não se cultivam drogas psicotrópicas. A partir daí, temos exatamente a situação de cumprimento da função social da terra”. O que pressupõe também a geração de emprego e renda com respeito a legislação trabalhista e ao meio ambiente. Entrevista realizada pelo IHU On-Line. Disponível em: <http://blog.controversia.com.br/2011/02/14/> (último acesso em 14 de maio de 2011).

<sup>2</sup> Rolf Hackbart é presidente do INCRA. Informação esta disponível no site do INCRA em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 18 abril 2011.

pesquisa, ou seja, entender como esses conflitos se expressam em Mato Grosso do Sul e, mais especificamente nesta porção sudoeste do estado.

Convém salientar que como se trata de um trabalho de conclusão de curso focamos a investigação numa escala local: o Assentamento “Guardinha” no município de Jardim, sem, contudo deixar de buscar a compreensão do objeto de estudo a partir de uma reflexão mais ampla sobre o contexto em que está inserido e as imbricações que se estabelecem em outras escalas.

É, pois, com base nesses pressupostos que nos propomos a investigar e apreender o processo de luta e de formação, bem como as condições atuais de reprodução camponesa no assentamento rural “Guardinha”.

O trabalho foi proposto com o objetivo de discutir a formação agrária brasileira com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul, e em especial para o município de Jardim, no qual está localizado o assentamento investigado.

No primeiro momento discutiremos a formação agrária do espaço brasileiro, desde os primórdios da descoberta pelos portugueses, a ocupação e exploração das terras brasileiras até os dias atuais.

No segundo momento, trataremos das lutas pela terra e pela reforma agrária no Brasil, com ênfase no estado de Mato Grosso do Sul, onde trabalharemos com a ocupação e a questão agrária na nossa região.

Por fim, pretendemos demonstrar e discutir dados obtidos por meio de entrevistas realizadas no Assentamento Rural Guardinha, visando apreender o contexto de luta pela terra e a perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa dos que ali se encontram assentados.

Para isso decidimos trabalhar com uma amostragem de 50% dos assentados, ou seja, realizamos 15 (quinze) entrevistas dentro de um universo de 30. As entrevistas foram realizadas no período de julho a setembro de 2011. Durante as quais, levantamos questões sobre o histórico de luta pela terra, produção em cada parcela, infra-estrutura do assentamento, financiamentos a que tiveram acesso e questões sobre a associação de moradores.

## CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA E O ACESSO A TERRA NO BRASIL

A estrutura fundiária brasileira tem sido historicamente marcada pela desigualdade social e pela concentração fundiária. Diríamos que os resquícios dos tempos coloniais geraram, de maneira indiscriminada, a expropriação e conseqüentemente a pobreza na cidade e no campo, desenhando assim, o contexto em que está inserido o espaço agrário brasileiro.

Observando o caráter exploratório do período colonial brasileiro, Miralha (2006, p. 152) destaca que

o modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo (MIRALHA, 2006, p. 152).

Temos, pois, a questão agrária no Brasil, como fruto de um processo histórico de formação do território e expressão de uma estrutura concentradora de terra, renda, capital e, conseqüentemente excludente, por expropriar, explorar e não beneficiar grande contingente de trabalhadores camponeses.

Nesse sentido, Oliveira e Faria (2010, p.1) entendem “que a constituição da propriedade privada da terra, desde sua origem, revela o processo contraditório e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil”, definindo a concentração da propriedade privada da terra no Brasil, como um processo de concentração da riqueza e, portanto do capital.

Tais processos históricos ocorridos no Brasil, segundo Moreira (1990, p. 26), se escalonaram numa seqüência de acontecimentos que se acumularam no decorrer do século XIX. Assim,

[...] de 1808 a 1822 evolui o processo de independência política que cria o Estado Nacional, mudando os termos jurídico-políticos do arranjo espacial nacional. De 1827 (ano da extinção da Lei das Sesmarias) a 1850 (ano da decretação da nova lei agrária a Lei de terras), a terra se valoriza e ganha importância mercantil que leva o Estado a formular novas regras, as de mercado e terras, para o arranjo da repartição fundiária. De 1827 (começo da imigração de colonos) a 1870 (começo da imigração de colonos italianos para os cafezais), experimentam-se novas relações de trabalho no campo. De 1850 (ano da abolição do tráfico negreiro) a 1888 (ano da abolição da escravatura), avança e conclui-se o processo da dissolução formal do regime

escravocrata. Por fim, de 1831 (ano da abdicação de D. Pedro I e instituição do período regencial) a 1889 (ano da proclamação da república), consolidou-se o Estado Nacional que conduz a transição burguesa. (MOREIRA, 1990, p.26)

## 1.1. Origens Históricas

Historicamente, as terras brasileiras foram tratadas como terras de ninguém. E nesse contexto, perdurou por mais de trinta anos após a descoberta do Brasil, quando os portugueses, com a finalidade de garantir a posse sobre a terra descoberta e evitar invasões, resolveram colonizar a costa brasileira.

Como solução do problema, Portugal, que não tinha interesse em investir nessas terras, implantou no Brasil um modelo para a ocupação, baseado em capitânias hereditárias, que foram doadas a doze donatários portugueses, representantes do rei de Portugal na colônia, que recebiam plenos poderes sobre o território.

Dentro desse contexto da ocupação do território brasileiro baseado nos moldes do regime das sesmarias, Moreira (1990, p. 11), afirma que “a amarração do modo de organização do espaço agrário brasileiro tem raízes na Lei das Sesmarias”, que regulou juridicamente a repartição da propriedade fundiária, utilizando-se da proporção do número de escravos que cada senhor dispunha. E assim, permitiu o acesso à terra a uma minoria da população, e por outro lado, excluiu a maior parcela da população do acesso a terra por trâmites legais.

Baseado no regime exploratório-colonial das sesmarias, que perdurou no Brasil por todo o século XVI e XVII, e todo o processo de exclusão do acesso à terra presente até os dias atuais, Martins (1980, p. 70-71 apud OLIVEIRA e FARIA, 2010, p.3), argumenta que

O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação da terra, com trabalho, constituía o requisito da apropriação, revertendo à Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os "bastardos", os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em

agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma posse nova. A posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo (MARTINS, 1980, p. 70-71 apud OLIVEIRA e FARIA, 2010, p.3).

Moreira (1990, p. 14) também relaciona a Lei das sesmarias ao poder do senhorio plantacionista “dado pela propriedade de escravos” e “não pela propriedade de terras”, consagrando este preceito “ao estabelecer como critério da distribuição da propriedade da terra” a “extensão de direito senhoril proporcional ao plantel de escravos”. Evidenciando o regime de cunho “subversivo” empregado no modelo colonial de exploração ocorrido no território brasileiro.

Somente no século XIX, mais precisamente em 1822, com o processo de independência do Brasil, foram revogadas as legislações portuguesas adotadas. E assim, o regime das sesmarias foi abolido, deixando de incidir sobre as terras brasileiras.

Após a independência, em 1822, o estado brasileiro passou a ser pressionado pelas grandes potências européias, a exemplo da Inglaterra, para que acabasse com a escravidão, com o propósito de criar novos mercados consumidores. Este fato levou o Brasil a viver um dilema, pois dependia dos grandes fazendeiros plantadores de café, carro chefe da economia brasileira da época.

Não provendo outra saída, o Brasil, vendo que a abolição da escravatura era uma questão de tempo, resolve agir em comum acordo com os grandes fazendeiros produtores de café – elite brasileira de então, criando a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que ficou conhecida por Lei de Terras. Essa lei entre outras coisas definiu a aquisição por meio de compra e venda como únicos meios de acesso a propriedade fundiária.

Nesse sentido cabe salientar também que a Lei de Terras promulgada em 1850, surgiu

como uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era a maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que já estava prestes a ser abolido (MIRALHA, 2006, p. 153).

Além disso, segundo Buainain (2008, p. 21), a Lei de Terras de 1850, fixou “preços mínimos para os lotes e determinava que as vendas seriam realizadas em hasta pública mediante pagamento à vista e em dinheiro”, e assim, excluiu do acesso a terra os

trabalhadores livres e aqueles que produziam para subsistência, que não possuíam recursos financeiros suficientes para pagar a taxa de registro e comprar uma propriedade.

Assim, no período entre 1822 (ruptura da legislação colonial após a independência) e 1950 (criação da Lei de Terras), o Brasil criou um “espaço legal para a expansão da unidade familiar” (BUAINAIN, 2008, p. 21). Já Miralha (2006, p. 153), também destaca este período como “um primeiro momento propício para a realização da reforma agrária”, mas como isso não interessava às elites brasileiras da época, o Brasil fez o contrário do que fez os Estados Unidos, que abriu as terras da fronteira Oeste para livre acesso aos colonos que quisessem ocupá-las.

Sem outra lei que atendesse as classes menos favorecidas, a Lei da Terra tornou-se um artifício para as elites brasileiras da época manter inalterada a estrutura agrária e resolver de fato o problema da mão-de-obra para o cultivo do café, tendo em vista a abolição que estava prestes a ocorrer. Nesse contexto, Martins (1997, p.12 apud MIRALHA, 2006, p.154) argumenta que “o objetivo (da Lei de Terras) era criar *por meios falsos* uma massa real e verdadeira de *despossuídos* [...], que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra”. Dessa forma a Lei de Terras atendia exclusivamente aos interesses dos que detinham terra.

Assim, “no processo de substituição do trabalho escravo, a nova forma de propriedade da terra desempenhou um instrumento de preservação da economia colonial” (MARTINS, 1980, p. 73 apud OLIVEIRA e FARIA, 2010, p.5), que atendia os interesses dos grandes latifundiários, já que a terra não seria obtida por outra forma que não fosse a da compra.

## **1.2. A Questão Agrária no Contexto da Industrialização e Modernização da Agricultura**

Para Graziano da Silva (2007, p. 28) o período que vai da proibição do tráfico negreiro e da Lei de Terras até a abolição da escravatura (1850/1888), marca a decadência do sistema latifúndio-escravista. Haja vista que o escravo se tornou livre, fazendo assim surgir a necessidade de se buscar mão-de-obra assalariada.

Já Moreira (1990, p. 36), ao descrever a passagem do século XIX para o XX destaca que houve “um arranjo de manchas agrárias organizadas num novo eixo cidade-

campo”, ordenando essa nova configuração das relações agrárias em quatro aspectos essenciais:

1. o trabalho escravo se metamorfoseia numa diversidade horizontal de camponeses; 2. a divisão de trabalho interna surge na forma tripartite das monocultura, policultura e indústria; 3. a classe senhoril se moleculariza territorialmente para se transformar nas oligarquias rurais regionais; e 4. a relação cidade-campo radicaliza a reorientação que submete o campo à cidade (MOREIRA, 1990, p. 36).

Ainda conforme Moreira (1990, p. 36), “é sobre essa base molecularizada do arranjo espacial, determinado pelo nascimento do campesinato e pela regionalização do poder da aristocracia rural, que se instaura a acumulação primitiva do capital” com a qual a nova ordem capitalista vai se desenvolvendo.

Nesse período de final do século XIX e início do século XX, o Brasil, começa, mesmo que de forma modesta, um processo de industrialização. Com essa industrialização em formação, surge à necessidade de expandir o mercado de consumo interno no país, para que fossem vendidos os produtos recém industrializados.

Neste mesmo período, consolida-se a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas produtoras de café, além da produção de matérias primas para as indústrias nascentes, como por exemplo, o algodão e o tabaco (GRAZIANO DA SILVA, 2007, p. 28).

A democratização da propriedade da terra surge como uma tentativa da burguesia industrial em dinamizar a economia capitalista prestes a ser implantada no país. Visto que os produtores familiares se tornariam consumidores dos produtos industriais e produtores de alimentos para a classe operária (MOREIRA, 1990, p. 54-55).

Contudo, o início da atividade industrial, e o interesse de expansão do mercado consumidor, colocou em conflito o regime de colonato existente no Brasil, onde a maior parcela da população era constituída de trabalhadores das grandes fazendas de cultivo do café, despontencializando assim o mercado de consumo do país. No entanto, a economia brasileira no período referido anteriormente ainda era comandada pelo café, sendo a oligarquia rural detentora do poder político e econômico.

Foi só com a crise de 1929, que se formou com a queda drástica do preço do café no mercado mundial, que a oligarquia rural entrou em decadência. Dessa maneira, o Brasil, a partir da década de 1930, mudou o eixo de acumulação da economia, “passando da monocultura do café para a indústria e assim o Brasil vai aos poucos deixando de ser um país

agrário exportador e passa a configurar como um país urbano industrial” (MIRALHA, 2006, p. 155).

Assim,

a situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais [...], vistos que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora o setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada (SORJ, 1986, p.21 apud MIRALHA, 2006, p. 155).

A partir desse novo cenário foi se desenhando uma nova reorganização da economia, que se deu a partir de novos centros de produção agrícola.

Essa mudança na configuração do país ganhou força com a política implantada pelo governo de Getúlio Vargas, ao criar um modelo de substituição das importações estimulando a indústria nacional e ao mesmo tempo fortalecendo as bases do mercado interno brasileiro.

O período seguinte que se estende até 1955 “marca uma nova fase de transição da economia brasileira”. Haja vista que o setor industrial gradativamente se consolidou, assumindo o comando do processo de acumulação de capital. Contudo, durante essa fase da industrialização, que se fez pela substituição das importações, foi necessário primeiro implantar a indústria pesada no Brasil (siderurgia, petroquímica, etc.) que se deu no período de 1955/61 (GRAZIANO DA SILVA, 2007, p. 29-30).

Ainda segundo Graziano da Silva (2007, p. 30), após ter levantado as bases para o crescimento da indústria brasileira, iniciou-se o que o autor chama de “industrialização da agricultura”, que se formou nos anos de 1960 por meio da instalação de fábricas de maquinário e insumos agrícolas.

Para garantir o mercado consumidor para esses novos meios de produção, o Estado brasileiro implementou um conjunto de políticas agrícolas impulsionadas por financiamentos subsidiados pelo Banco do Brasil, que de fato ocasionaram em um acelerado processo de modernização da agricultura brasileira. Porém, estas políticas agrícolas beneficiaram apenas os grandes proprietários de terras, demonstrando o desinteresse do governo em relação à pequena produção de base familiar.

Ao tratar das políticas públicas do governo, que alcançavam apenas a grande produção monocultora, Miralha (2006, p. 156) argumenta que “se a produção (de base)

familiar tivesse o apoio necessário, teria condições de se desenvolver e dinamizar a produção agropecuária brasileira”.

Esse contexto de modernização da agricultura somado a concentração fundiária, gerou descontentamento das classes sociais no final da década de 1950 e início da década de 1960, fazendo com que aparecesse no campo, militâncias de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste. Estes movimentos começaram a contestar a grande desigualdade social e a concentração fundiária existente no Brasil, “pressionando o governo para a realização de uma ampla reforma agrária no país” (MIRALHA, 2006, p.156).

Os movimentos sociais e as militâncias de trabalhadores rurais organizados conseguiram mobilizar, no início da década de 1960, o governo do então presidente João Goulart, que cedeu às pressões populares e se propôs a promover a reforma agrária. Foi neste período que se deu o principal momento histórico para a realização da reforma agrária.

Neste sentido cabe destacar que

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características e polarização crescentes, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular (SORJ, 1986, p.23 apud MIRALHA, 2006, p.156).

Dessa forma, a realização da tão esperada reforma agrária, que tinha o propósito de diminuir as desigualdades sociais, foi destruído pelo golpe de Estado, que foi impulsionado pelas elites da época, que preferiram manter a desigualdade da estrutura fundiária ao invés de instaurar a reforma agrária.

Com o golpe militar, o Estado demonstrou, através de maciços investimentos em tecnologia e modernização da agricultura, a opção para o setor agropecuário, baseado na estrutura agrária concentradora. Essa modernização da agricultura se refletiu apenas nas médias e grandes propriedades, que receberam subsídios para a compra de tratores, maquinários, fertilizantes e adubos químicos provenientes da indústria que surgia especializada nos produtos agropecuários.

O crescimento econômico do Brasil, na década de 1970, que ficou conhecido como “milagre brasileiro” fez com que aumentasse o número das grandes propriedades. “As pequenas propriedades foram engolidas pelas grandes” (GRAZIANO DA SILVA, 2007, p. 34), convertendo as terras em grandes expansões agrícolas.

A manutenção de um elevado grau de concentração da terra no Brasil “funcionou como um acelerador do processo de urbanização” (GRAZIANO DA SILVA, 2007, p. 41), que significou a ampliação do mercado interno para a indústria.

A rápida industrialização da agricultura brasileira agravou a miséria de grande parte da população, implicando em um agravamento da questão agrária brasileira. Dessa maneira, percebemos que os resultados gerados pela modernização tecnológica da agricultura, que expropriou os camponeses do campo, só fizeram ampliar ainda mais as desigualdades sociais e a concentração fundiária no país.

Para Hespanhol (2007, p. 272), no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro expandiu-se de forma superior ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), conforme evidenciou na Tabela 1:

**Tabela 1** - Taxas médias anuais de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e da População Economicamente Ativa (PEA)

Períodos	PIB	PEA
1951-1960	7,7	2,9
1961-1970	6,2	2,6
1971-1980	8,6	3,7
1981-1990	1,6	3
1991-2000	2,7	2,9
2001-2003	1	2

Fonte: DEDECCA, et al. (2004 apud HESPANHOL, 2007 p. 272).

Contudo, este elevado crescimento econômico, decorrente da expansão do PIB, que segundo Hespanhol (2007, p. 272) não redundou em um padrão igualitário de desenvolvimento do Brasil, pois problemas estruturais, como a má distribuição da renda, foram mantidos e agravados. Em se tratando desse crescimento econômico, Hespanhol (2007, p. 272), complementa que

O desenvolvimento ocorre somente quando o crescimento econômico se faz com respeito aos recursos naturais e quando ocorre a melhoria da qualidade de vida da maioria da população, o que é muito raro, especialmente em países subdesenvolvidos (HESPANHOL, 2007, p. 272).

Nesse trecho, o autor deixa aparente a idéia do crescimento econômico acompanhado de um desenvolvimento desigual que se proliferou no Brasil, ou seja, mesmo o país crescendo economicamente, a riqueza não chega a todos, aumentando a desigualdade social. Nesse sentido, Buainain (2008, p. 18), também argumenta que

Apesar das profundas transformações sociais e econômicas do país, a raiz da questão e dos conflitos agrários no Brasil contemporâneo continua sendo a vigência de um padrão de propriedade de terras arcaico, que mantém e sustenta um sistema de distribuição e utilização de terras iníquo e ineficiente do ponto de vista social e econômico – e muitas vezes mascarado pelo dinamismo revelado pelo setor agropecuário no período mais recente (BUAINAIN, 2008, p. 18).

Assim o crescimento da economia brasileira nas últimas décadas demonstrou que as estruturas agrárias modernizaram-se, todavia, o sistema de propriedade da terra em nada se alterou.

A modernização da agricultura-latifúndio “reforçou a concentração da propriedade da terra e o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário”, onde as “relações arcaicas foram substituídas por relações de assalariamento temporário” (BUAINAIN, 2008, p. 19), muitas vezes submetendo os trabalhadores a condições que em muito se assemelha as condições do regime de escravidão.

Oliveira<sup>3</sup> (2011, p. 1), descreve o modelo de desenvolvimento da atual agricultura brasileira como

uma agricultura que, historicamente, produziu às custas de mão de obra escrava. Essa é a agricultura brasileira, que hoje quer se chamar de agronegócio, sinônimo de modernidade e alta produção. Trata-se, na verdade, de uma agricultura capitalista, “que agora aparece com essa cara de agronegócio”, uma grande falácia. (OLIVEIRA, 2011, p. 1)

Assim, a agricultura que se diz produtora de riqueza e alimentos para o Brasil, não passa de uma ilusão, mascarada pelo capitalismo que a move na busca por lucros, não deixando oportunidades de um crescimento igualitário para todas as classes sociais.

### **1.3. Espaço Agrário de Mato Grosso do Sul**

O estado de Mato Grosso do Sul, segundo Menegat (2009, p.33), “tem sua economia baseada na pecuária”, que é tida como a atividade mais tradicional, “e como estrutura fundiária predominante o latifúndio”, que reflete a herança do modelo de

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada pelo IHU On-Line. Disponível em: <http://blog.controversia.com.br/2011/02/14/> (último acesso em 14 de maio de 2011).

colonização implantado pelos colonizadores das frentes que rumavam em direção às áreas não habitadas da região Centro-Oeste do Brasil.

A colonização da região se deu em duas frentes: uma buscava agrupar grandes quantidades de terras para o desenvolvimento da criação de gado (pecuária), e a outra se preocupou em agrupar grandes extensões de terras, possuidoras de ervais nativos, onde fosse suprir as necessidades da Companhia Matte Laranjeira, que se instalou no sul do estado no fim do século XIX.

A tentativa de se instalar pequenos núcleos rurais e urbanos na região do atual estado de Mato Grosso do Sul, segundo Menegat (2009, p.33), se deu na década de 1940, pelo decreto nº 5.941, de 28/12/1943, no governo do presidente Getúlio Vargas, que criou a Colônia Agrícola de Dourados, na região sul do estado. A criação dessa colônia agrícola visou povoar e dominar a fronteira sul do estado, e se desenvolveu através da distribuição de lotes a agricultores, “dando início ao processo de exploração da agricultura, especialmente a agricultura familiar”.

Outro impulso colonizador na região foi dado nas décadas de 1950 e 1960, quando o estado recebeu novas frentes de colonização que propiciaram o surgimento de cidades, em diversas regiões do estado, e a abertura de estradas para ligar essas regiões.

Porém, o grande impulso colonizador do estado se deu na década de 1970, quando fazendeiros e granjeiros, oriundos da região Sul e Sudeste do Brasil, principalmente dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, se deslocaram para o estado, antigo Mato Grosso, com a finalidade de trabalhar no plantio mecanizado de cereais, como o milho e a soja.

Esta última fase de colonização que se deu no estado, se diferenciou das anteriores, principalmente pelo fato dessas novas pessoas já serem possuidores de vasta tradição agrícola e com conhecimentos no manejo de culturas, além de já possuírem melhor instrução quanto ao crédito agrícola, instrumentos e maquinários necessários para o desenvolvimento rural (MENEGAT, 2009, p.35).

A atração pelas terras sul-mato-grossenses se deu principalmente pelas facilidades na obtenção de linhas de crédito junto aos bancos e pelos preços vantajosos das terras do estado. Assim, esses agricultores beneficiaram-se das vantagens nos financiamentos e de outros estímulos fornecidos pelo Estado, que amparou a expansão agrícola para o Oeste através de subsídios e créditos aos grandes agricultores. Contudo, não podemos deixar de mencionar que esses benefícios e estímulos para a expansão da fronteira agrícola eram

destinados somente aos grandes empreendimentos agrícolas, excluindo e dificultando, mais uma vez, o acesso a terra aos pequenos camponeses de subsistência.

Em nome do desenvolvimento, da colonização e ocupação do estado de Mato Grosso do Sul, na década de 1970, foram criados programas que acabaram por beneficiar os grandes grupos de colonizadores, dentre os quais Menegat (2009, p.33) destaca

o Programa de Desenvolvimento do Pantanal Mato-Grossense (PRODEPAN) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PÓLO-CENTRO), que motivaram o aprimoramento e o incremento das imensas lavouras de cereais e dos extensos latifúndios destinados a criação de gado de corte (MENEGAT, 2009 p.33).

Essas formas de ocupação implantada no estado, seja pela agricultura ou pela pecuária, expropriaram não apenas os pequenos trabalhadores camponeses do acesso a terra, como também diversas tribos indígenas que viviam em varias regiões do estado.

Martins (1991, apud MENEGAT, 2009, p. 37) descreve essa colonização que se deu em Mato Grosso do Sul, através da mecanização da agricultura e de investimentos do Estado nas grandes propriedades, como uma “expropriação da terra pelo capital com o objetivo único de especulação, transformando a terra em terra de negócios e não em terra de trabalho”. O que de fato contribuiu para a expropriação dos pequenos agricultores.

Mesmos com a divisão do então estado de Mato Grosso, a estrutura fundiária da região do estado de Mato Grosso do Sul se manteve inalterada, ou seja, se manteve organizada a partir da grande propriedade, que era o foco dos investimentos governamentais. Desprivilegiando os pequenos camponeses produtores de alimentos.

## **CAPÍTULO II - LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

Como vimos, a questão agrária remonta no processo de ocupação e formação do território brasileiro, se tornando evidente a partir da criação da Lei de Terras (1850) e, portanto da constituição da propriedade da terra e do processo de acumulação primitiva de capital.

Para Fernandes (2008, p.176), “a questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza” que por consequência leva a expansão da pobreza e da miséria.

Como reflexo dos acontecimentos anteriores, o Brasil se tornou um país caracterizado por uma acentuada desigualdade social resultante da concentração de terra e riqueza. O conjunto das questões estruturais barrou qualquer outro modelo de desenvolvimento que não fosse a favor de um pequeno numero de privilegiados detentores dos meios de produção.

Nesse contexto enfrentado pelos menos favorecidos, a reforma agrária, por consequência, tornou-se um instrumento de redistribuição da riqueza. A intensificação da proposta de reforma agrária, aliada a geração de um novo contexto para a promoção de mudanças da estrutura fundiária, pode ser explicada por uma serie de fatores demográficos, econômicos, sociais e políticos, tais como o rápido crescimento da população mundial, a acelerada urbanização do planeta, a modernização econômica aliada a uma redução gradual do isolamento rural devido às mudanças tecnológicas na comunicação e transporte (CARTER, 2007, p.41).

Carter, (2007, p.41-42) aponta ainda que “nenhuma reforma agrária poderia surgir em uma sociedade que não tivesse expectativas e demandas”. Portanto, a distribuição de terras depende das demandas da sociedade. Assim, a reforma agrária só se concretizará através de uma combinação de impulsos por parte da sociedade.

No Brasil, a emergência de conflitos no campo, a articulação dos debates em torno da reforma agrária e do lugar da agricultura no processo de desenvolvimento ganhou força na segunda metade do século XX, quando entraram nos debates os direitos dos trabalhadores no meio rural, configurando um complexo campo de disputas, onde o que estava em jogo era a constituição de novas configurações sociais (MEDEIROS, 2010, p. 113).

No entanto, podemos notar que a organização e as ações populares no Brasil tem se transformado ao longo da historia, de modo a buscar um ajustamento que permita aos

movimentos sociais manifestarem seus interesses diante das atuações que o Estado exerce na economia e na reprodução do espaço e do capital.

## **2.1. A Luta Pela Terra e os Movimentos Sociais no Brasil**

No Brasil, a ocupação de terras “é a principal estratégia de luta pela terra realizada pelos movimentos sócioterritoriais camponeses” (GIRARDI e FERNANDES, 2008, p.77). As áreas ocupadas, de modo geral, são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 186 da Constituição Federal<sup>4</sup>, representado na maioria por latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde as leis ambientais e trabalhistas foram desrespeitadas.

Em âmbito nacional, as lutas por melhoria das condições de vida no Brasil, sempre estiveram presentes. Nos tempos de escravidão, por exemplo, era comum os escravos fugirem e constituírem quilombos como forma de se desvencilhar de seus proprietários e terem um local digno para viverem. Oliveira (2001, p. 190) argumenta que a violência foi marca constante do “desenvolvimento e do processo de ocupação do país”, apontando os povos indígenas como os primeiros a conhecer este processo.

Os conflitos que giravam em torno do acesso a terra, em geral, eram tratados como questões privadas, tratados por repressão e intervenção do Estado, que não preconizava qualquer direito aos trabalhadores, como no caso dos movimentos sociais que atuaram no Brasil no final do século XIX e início do século XX, destacados por Foschiera (2010, p.75-76) como “Velhos Movimentos Sociais”, como exemplo: Canudos, na Bahia (1893-1897) e Guerra de Contestado, no Paraná e Santa Catarina (1912-1915), que entre outros foram reprimidos violentamente pelo Estado.

As primeiras atividades camponesas pela reforma agrária no Brasil ocorreram na década de 1950, através das Ligas Camponesas, na região Nordeste, e foram ganhando força durante a década de 1960.

Contudo, os movimentos sociais camponeses criados na metade do século XX, de certa forma, tiveram seus interesses frustrados pelo golpe militar de 1964, que no seu início

---

<sup>4</sup> Art. 186 da Constituição Federal. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Girardi e Fernandes, 2008 p.77).

combateu o primeiro decreto nacional de reforma agrária promulgado pelo presidente João Goulart. A instauração desse regime autoritário desencadeou uma vasta repressão a esses movimentos sociais, assim

com o golpe militar de 1964 tornou-se impossível promover ocupações, as terras obtidas dessa maneira foram devolvidas a seus proprietários e os militantes das organizações de trabalhadores rurais tornaram-se alvo da repressão policial e militar (SIGAUD, 2010, p. 237).

Como exemplo dessa repressão aos movimentos sociais na década de 1960<sup>5</sup>, Carter (2010, p. 37-38), cita a recém-criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG que foi submetida ao controle do Estado logo após o golpe militar. Porém, o autor argumenta, também, que apesar das limitações impostas pelo regime autoritário e pela estrutura burocrática, a CONTAG constituiu um importante meio para a construção de uma identidade de classes entre camponeses e para a difusão de direitos de cidadania. Assim, mesmo oprimidos, muitos dos movimentos sociais conseguiram, estimular diversas lutas por terra no Brasil.

## **2.2. Mobilizações Sociais e o MST no Brasil.**

Na década de 1980, um novo ciclo de mobilizações por terra se instalou no Brasil. Esse ciclo surgiu com o apoio de uma rede progressista no meio religioso e com a insistência de vários sindicatos de trabalhadores rurais, que segundo Carter (2010, p. 38), surgiu em um contexto de intensa modernização agrícola, crescentes demandas na sociedade civil pela reestruturação da democracia e o declínio gradual do regime militar.

Nesse contexto, em meados da década de 1980<sup>6</sup>, foi instituído formalmente em nível nacional o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. A partir de então a organização dos movimentos populares tem se desenvolvido de forma planejada e em bases mais solidificadas.

Os obstáculos à reforma agrária no Brasil apresentaram grandes complicações institucionais ligadas, principalmente, a fragmentação e politização da administração pública, que tornaram o Estado mais vulnerável aos interesses das elites. Esses efeitos, somados a um

---

<sup>5</sup> A exemplo das Ligas Camponesas.

<sup>6</sup> Mais especificamente em janeiro de 1984.

modelo de desenvolvimento excludente e um sistema oligárquico de representação política, se transformaram em enormes barreiras à participação política de grupos dos setores populares.

O surgimento de movimentos populares, como o MST, tornaram-se instrumentos de busca, organização, conscientização e articulação dos interesses das camadas menos privilegiadas do país. Como foi o caso do MST, que se tornou um dos movimentos mais “visíveis” e “incisivos” no esforço de contestar o sistema de privilégios da elite dominante no Brasil (CARTER, 2007, p.65-66).

Nesse sentido,

O MST, ao transformar suas reivindicações em realidade, tornou-se ator de um processo nacional, ou seja, conquistou certo poder político. Esse poder preocupava os que sempre detiveram este poder, pois representava a sua transferência para o protagonista da luta e a possibilidade de prevalecer os ideais vinculados a ele, que já começava pela própria concepção de posse e uso da terra (SCHWENGBER, 2008, p. 112)

Dentro das perspectivas de avanço da reforma agrária no Brasil, a autora acima demonstra que os efeitos acumulados de um modelo de desenvolvimento excludente no Brasil é o que mais tem gerado obstáculos à participação e influência política de grupos dos setores populares.

### **2.3. Luta Pela Terra em Mato Grosso do Sul**

O atual estado de Mato Grosso do Sul, foi criado em 11 de outubro de 1977, e instalado em 1º de janeiro de 1979, conforme a Lei Complementar nº. 31 de 1977. O estado abrange uma extensão territorial de 357.145,836 Km<sup>2</sup>, o que representa 22% da Região Centro-Oeste e 4 % do território nacional. Conta atualmente com 78 municípios, tendo como capital a cidade de Campo Grande. Possui, segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, uma população de 2.449.024 habitantes, sendo que 2.097.238 correspondem a população urbana (85,64%) e 351.786 a população rural (14,36%).

O histórico da luta pela terra na região em que está inserido o atual estado de Mato Grosso do Sul, é perpassado por uma série de conflitos entre os grandes proprietários, trabalhadores rurais e populações indígenas. Entre os conflitos ocasionados durante a colonização não podemos deixar de citar a expropriação de terras indígenas, o que obrigou as populações de varias etnias existentes na região a se refugiarem em áreas cada vez menores.

A partir da década de 1950, com o processo de modernização da agricultura brasileira, expropriaram-se também diferentes segmentos de trabalhadores rurais como os colonos, peões e os paraguaios inseridos na região.

Essa região foi “profundamente marcada por uma colonização conflituosa e liderada por grupos econômicos e políticos” os quais vislumbraram na região uma terra próspera e rica principalmente por suas características naturais, que propiciaram, em tempos mais remotos, a extração de erva-mate nativa e, posteriormente, a criação de gado e o cultivo da soja (SILVA, 2004, p.31).

Diante desse quadro, Menegat (2009, p. 44) descreve que a sociedade sul-mato-grossense

assistiu (durante décadas) um casamento bem-arranjado, uma espécie de dobradinha entre as grandes oligarquias, que controlavam não só as extensas áreas destinadas à criação de gado, mas também o poder político no estado (MENEGAT, 2009, p. 44).

Isso porque, na década de 1980, o estado assistia à continuidade da dominação política liderada pelos governadores Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins numa espécie de hegemonia oligárquica das partes.

Ainda na década de 1980, a região foi marcada pela intensificação e avanço da mecanização na agricultura, que se iniciaram nos anos de 1970. “Esses avanços foram viabilizados em grande parte, por financiamentos governamentais a juros subsidiados” (COSTA, 2009, p. 33), que favoreceram a utilização de fertilizantes e o aumento das áreas plantadas.

A consolidação do modelo desenvolvimentista baseado na monocultura e na produção para a exportação, de fato, entrou no estado em detrimento da produção de alimentos básicos para a subsistência e consumo interno. Porém, nessa política empregada acreditava-se que a grande propriedade aliada à modernização era o caminho para o desenvolvimento econômico no campo. “Assim formulou-se uma política fundiária direcionada apenas para os interesses da classe dominante, desenvolvendo-se sob a égide da concentração de terras, de riqueza e de poder” (SILVA, 2004, p.31).

Como resultado dessa política de “modernização” ocorrida no campo e mencionada por Silva (2004, p. 34), o processo incorporou milhares de hectares de terras desbravadas por colonos e arrendatários ao processo de acumulação capitalista,

anexando-as aos domínios dos grandes proprietários vinculados, na sua maioria, às empresas de capital estrangeiro. Em decorrência disso, a concentração fundiária gerou também um processo de expulsão de um enorme contingente de sem-terras no Estado, uma vez que os grandes proprietários deixaram de produzir gênero alimentícios para se dedicarem a produção de cana-de-açúcar, soja, trigo ou, ainda, à criação de gado de corte, com extensivas pastagens, atividades que exigiam um menor número de trabalhadores (SILVA, 2004, p.31).

Nesse ambiente, extremamente desfavorável aos pequenos proprietários e aos trabalhadores rurais, principalmente os sem terras, foi que emergiu os mais diversos movimentos sociais no estado de Mato Grosso do Sul. Basicamente, esses grupos surgiram com o questionamento da estrutura agrária vigente, buscando o propósito de pressionar e exigir um processo justo de divisão de terras.

Nesse sentido, segundo Terra

O processo de luta pela terra no estado e, conseqüentemente, pela implantação de assentamentos rurais, é histórico, pois é fruto da resistência dos trabalhadores rurais a uma formação territorial baseada nos interesses centralizadores e exploratórios das grandes empresas e dos grandes latifundiários, atrelados ainda à posição dos governos que, tradicionalmente, representaram esses poderes. Assim sendo, no Mato Grosso do Sul, a luta dos trabalhadores frente às incessante exploração, expropriação e violência desencadeadas pelos latifundiários, empresas e grupos econômicos, tem sido travada por inúmeras famílias que lutam pela terra e contra o *status quo*, organizadas no âmbito de dezenas de movimentos sociais (2009, p. 92).

A divisão de terras no estado foi iniciada como uma forma de acalmar os ânimos dos movimentos organizados e também para atender à implantação do Projeto Nacional de Reforma Agrária<sup>7</sup>. Assim, em meados da década de 1980, o estado de Mato Grosso do Sul, iniciou, ainda que de forma tímida, uma reforma na sua estrutura fundiária. Neste período foram criados os assentamentos Sucuriú, em Costa Rica; Urucum e Tamarineiro I, em Corumbá; e Retirada da Laguna, em Guia Lopes da Laguna, todos estes constituídos para abrigar especialmente 875 famílias de ribeirinhos, desalojados de suas propriedades devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na divisa do estado com o Paraná (MENEGAT, 2009, p. 45).

Nesse sentido, acompanhando o contexto federal de reforma agrária, o estado de Mato Grosso do Sul, a partir de meados da década de 1980, impulsionado pelo Programa Regional de Reforma Agrária – PRRA, iniciou o processo de mudanças em sua estrutura

---

<sup>7</sup> O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, foi instituído em outubro de 1985, no governo do presidente José Sarney.

fundiária. Porém, cabe salientar que os assentamentos criados a partir desse momento foram de caráter emergencial, pois visavam atenuar as pressões exercidas pelos movimentos sociais organizados e diminuir as tensões no campo.

Assim, Terra (2009) destaca que

as áreas destinadas à instalação de projetos de reforma agrária serviram mais como “válvula de escape” para as tensões sociais surgidas nos acampamentos dos antigos arrendatários, de bóias-frias e de brasiguaios, instalados nas cidades próximas à fronteira com o Paraguai e nas diversas regiões de Mato Grosso do Sul. Beneficiaram também os latifundiários cujas terras eram de má qualidade e que viram nas desapropriações a solução para se livrar delas, o que provocou um superfaturamento das áreas desapropriadas para a implantação de assentamentos (MENEGAT, 2003, p. 42 apud TERRA, 2009, p. 94).

Vê-se que mesmo propiciados por esse caráter emergencial dos conflitos entre os latifúndios e trabalhadores sem-terras, beneficiou-se mais uma vez os latifúndios do estado. Com isso, não é raro verificar nos assentamentos existentes no estado modelos insatisfatórios que não dão garantias de melhoria de vida aos assentados. Um aspecto a ser destacado nesse sentido é o fato do Estado, na figura do INCRA, dividir os lotes em áreas médias de 20 hectares, tamanho que até seria suficiente em se tratando de terras aptas ao plantio de lavouras, porém em áreas que não possuem aptidão agrícola, os assentados tendem a desenvolver atividades ligadas à pecuária. Assim, os tamanhos médios dos lotes se tornam insuficientes para prover o sustento da família dos assentados.

### **CAPÍTULO III - ASSENTAMENTO RURAL GUARDINHA EM JARDIM-MS: SÍNTESE DA VIDA E PRODUÇÃO CAMPONESA**

Com base na Tabela 2, podemos destacar que o Brasil possui 8.790 projetos de reforma agrária em andamento, os quais somados ocupam uma área de 85.869.507,5502 hectares, beneficiando 1.117.985 famílias. Nesse cenário o estado de Mato Grosso do Sul aparece com 203 projetos de reforma agrária, envolvendo uma área de 698.964,9922 hectares, que beneficia 30.820 famílias.

**Tabela 2** – Projetos da reforma agrária no período de 01/01/1900 até 18/08/2011

	<i>nº de projetos</i>	<i>Área (há)</i>	<b>nº de famílias contempladas</b>
Brasil	8.790	85.869.507,55	1.117.985
Mato Grosso do Sul	203	698.964,99	30.820
<b>Jardim</b>	2	1.987,88	110

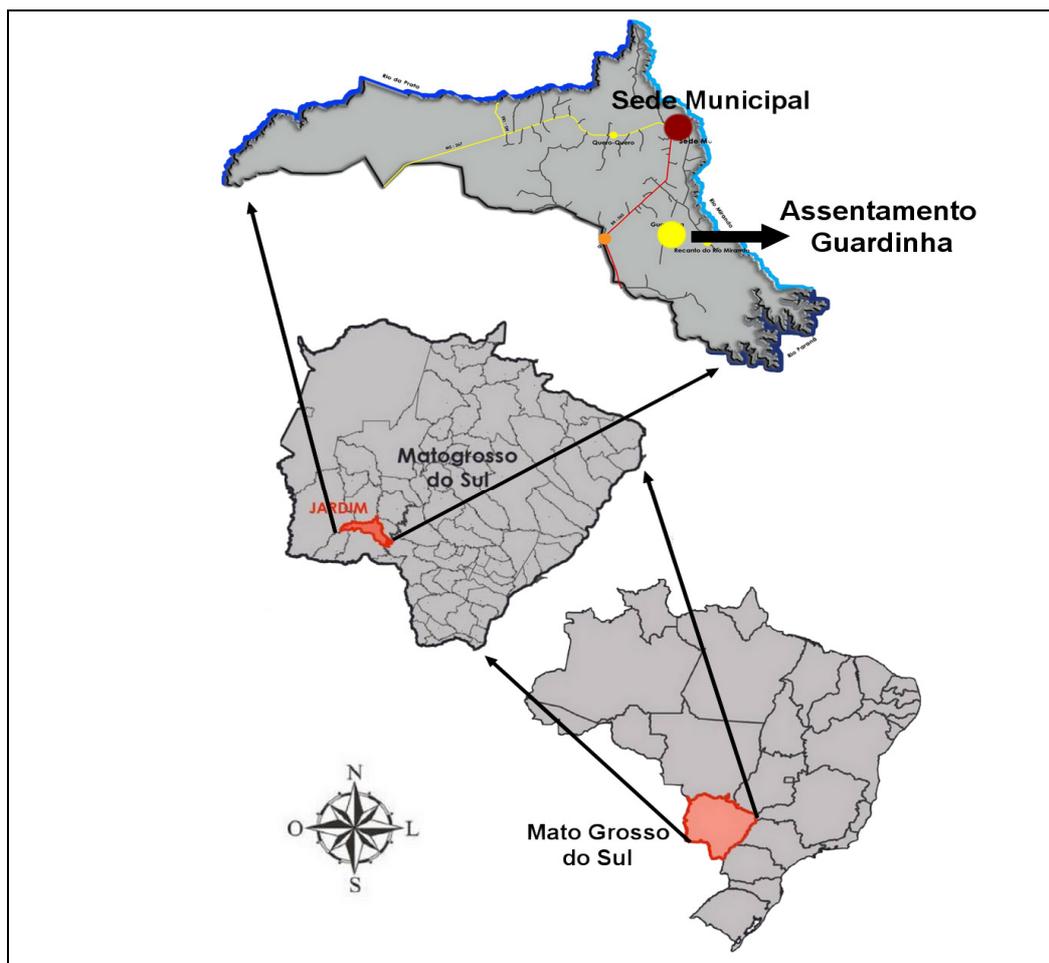
Fonte: INCRA, 2011. Adaptação: LEITE, 2011.

No município de Jardim, há dois assentamentos criados pelo INCRA, sendo eles o Projeto de Assentamento Guardinha e o Projeto de Assentamento Recanto do rio Miranda. Juntos esses assentamentos ocupam uma área de 1.987,8828 hectares, e abrigam 110 famílias.

Por se tratar do assentamento mais antigo do município, o assentamento rural Guardinha, que abriga 30 famílias, foi selecionado neste trabalho com o propósito de investigação acerca da perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa existentes no assentamento.

### 3.1. Caracterização do Assentamento Rural Guardinha.

O Assentamento Guardinha está localizado a aproximadamente 25 km da área urbana de Jardim-MS, na porção sul do município, as margens do Rio Guardinha, que dá nome ao assentamento. (Fig. 1)



**Figura 1** – Mapa com a localização do Assentamento Rural Guardinha, no município de Jardim/MS.

Fonte: LEITE, 2011.

O mesmo foi criado no dia 22 de setembro de 2000, através da Portaria nº 25 de 23 de novembro de 1999, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que declarou de interesse social para fins de reforma agrária<sup>8</sup> o imóvel rural denominado fazenda Nossa Senhora Auxiliadora.

<sup>8</sup> Extraído do Diário Oficial nº 224, p.32, de 24 de novembro de 1999.

O assentamento possui uma área total de 989,4907 hectares, dos quais 287 hectares são destinadas a áreas da reserva legal. O restante da área foi dividido em 30 lotes, distribuídos a 30 famílias que possuíam cadastro junto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul - FETAGRI<sup>9</sup> e ao INCRA, sendo, portanto, esse cadastro uma condição para que essas famílias fossem contempladas com os lotes.

Atualmente o assentamento, que já possui onze anos de criação, apresenta diferentes aspectos, os quais julgamos importantes para refletirmos sobre a perspectiva de reprodução da vida e da condição camponesa, a saber: histórico de luta pela terra, infraestrutura, incentivos do governo e produção no assentamento.

### **3.2. Histórico de Luta Pela Terra**

Com base em entrevistas realizadas junto aos assentados e, em especial ao Sr E.O.M (51), presidente da Associação dos Produtores de Leite e Agriculturas Familiar do Projeto de Assentamento Gardinha e Região - APLAFAGR, e um dos fundadores do acampamento, reconstruímos o histórico de luta pela terra dos assentados no Assentamento Rural Gardinha.

O primeiro grupo que formou o acampamento teve início no ano de 1997 na cidade de Guia Lopes da Laguna-MS, quando na oportunidade houve uma reunião entre representantes dos trabalhadores rurais e o então vereador Manoel Orestes Duquini (PSDB). Na reunião ficou decidido a criação de um grupo de trabalhadores rurais não possuidores de terras, que representado pela bandeira FETAGRI, iriam reivindicar a posse de terras junto aos órgãos do governo e, de modo particular ao INCRA.

Para Silva (2004, p. 54) a FETAGRI é

uma organização que reúne, na sua maioria, trabalhadores assalariados rurais, permanentes e temporários, que trabalham na agricultura e pecuária; trabalhadores na produção extrativa rural; agricultores familiares; trabalhadores e trabalhadoras rurais aposentadas”. A entidade tem por finalidade: o estudo, a defesa, a representação e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado, bem como promover e realizar pesquisa, ensino, treinamento, qualificação e requalificação profissional e de colaborar com o

---

<sup>9</sup> A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS) é uma entidade sindical filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A entidade foi instalada no estado no dia 01 de janeiro de 1979, conjuntamente com o processo de instalação do estado com o objetivo de reivindicar os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

desenvolvimento institucional, regendo-se pelas leis em vigor e pelo seu Estatuto Social (FETAGRI-MS, 1998, p. 01 apud SILVA, 2004, p. 54).

A organização da entidade FETAGRI se dá através de sindicalizados, que pagam mensalidades com o propósito de que a entidade lute pelos seus direitos. No entanto, apesar de ser uma entidade de representação dos trabalhadores assalariados rurais a instituição também apóia a formação de acampamentos.

Todavia cabe destacar que o modelo de luta pela terra realizada pela FETAGRI se diferencia da luta realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Um dos fatores de diferenciação entre as duas entidades pode ser notado através dos métodos adotados na luta pela conquista da terra pelos trabalhadores filiados a bandeira da FETAGRI, “uma vez que a maioria das famílias que participa desta organização não passa necessariamente pelo acampamento” (SILVA, 2004, p. 55-56), ou seja, o diferencial, nesse caso, é que as famílias filiadas não são obrigadas a permanecerem integralmente instaladas no local, evitando assim, o doloroso processo de espera pela terra em acampamentos

Faz-se importante salientar também que mesmo existindo outros grupos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul, a exemplo do MST, a FETAGRI se destaca como a maior responsável por ocupações de terra no estado. Nesse sentido Terra (2009) argumenta que “[...] não é o MST o responsável pela maioria das ocupações de terras em Mato Grosso do Sul, e sim a FETAGRI, através dos vários sindicatos rurais presentes nos municípios sul-mato-grossenses. (TERRA, 2009, p. 90)”.

Retomando a discussão sobre o histórico de luta pela terra dos assentados objetos desta investigação, vale dizer ainda que uma vez o cadastro efetuado e o grupo criado, decidiram ocupar uma área na fazenda Morro Azul, no município de Nioaque, pois corria boatos de que a fazenda estava em processo de negociação com o INCRA. Porém, o fato não se concretizou, e a primeira ocupação perdurou por quinze dias, sendo obrigados a sair da área por força de um mandado judicial.

Após a desocupação o grupo resolveu levantar o acampamento e se alojar às margens da BR-060, entre os municípios de Guia Lopes da Laguna e Maracaju, onde permaneceram em barracos por mais aproximadamente dois meses.

Após esse período receberam a informação, por fontes do governo, de que a Fazenda Santa Vitória, localizada nas margens da BR-060, no distrito de Boqueirão, estaria prestes a ser desapropriada, assim mudaram novamente de acampamento. Porém, desta vez, decidiram montar seus barracos em frente à propriedade e às margens da rodovia. No local

permaneceram por aproximadamente três anos, sem que nenhuma decisão referente a fazenda fosse tomada.

No início do ano de 1999, os acampados receberam outra informação, dessa vez, a área que estaria prestes a ser desapropriada seria a Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, localizada no município de Jardim. Com muita esperança de conseguir a tão sonhada terra, os acampados, que já somavam 97 famílias, ocuparam a sede da fazenda onde permaneceram por aproximadamente dois meses, até serem, novamente, expulsos por liminares judiciais.

Assim, decidiram transferir seus barracos para as margens da rodovia que dá acesso a fazenda as margens do Rio Guardinha, que deu nome ao assentamento, onde permaneceram por aproximadamente três meses, até serem liberados pelo INCRA para ocuparem a área e aguardarem pela divisão dos lotes.

### **3.2.1. Condições de Existência Durante o Acampamento**

Cabe salientar, que durante o período em que os trabalhadores rurais permaneceram acampados, cada família recebia uma cesta básica do governo federal, que por vezes demorava até três meses para chegar, assim os acampados se viam obrigados a trabalhar, geralmente em serviços em fazendas da região, para conseguir prover o sustento próprio e da família.

Outro fator que nos chamou atenção foi o relato das péssimas condições de vida enfrentada pelos acampados. Em seus barracos, a precariedade era uma constante, pois enfrentavam todas as adversidades do clima: chuva, vento, calor e sol forte comum nos interfaces climáticas da nossa região. Se isso não bastasse, as condições sub-humanas enfrentadas pelos acampados eram frequentes, exemplo disso é a falta de água, que os obrigava muitas das vezes a consumir água sem nenhum tratamento. E mesmo assim mantiveram firme no propósito de obter um pedaço terra.

### **3.2.2. A Formação do Assentamento**

O Projeto de Assentamento Guardinha teve início em 1999, com a desapropriação para fins da reforma agrária do imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora,

no município de Jardim-MS. Assim, a propriedade foi dividida em trinta lotes, que foram entregues a 30 famílias no dia 01/05/2001.

O fato de existirem 97 famílias fazendo parte do acampamento que foi contemplado com essa área, forçou o INCRA e a FETAGRI a selecionar apenas 30 famílias a serem contempladas com os lotes. O critério utilizado para selecionar as famílias foi o maior tempo de permanência nos acampamentos da federação<sup>10</sup>. Assim, as famílias que não foram contempladas com lote na área foram direcionadas pela FETAGRI aos acampamentos que margeiam a BR-267, no município de Jardim.

Dada a divisão dos lotes, cada uma das trinta famílias selecionadas recebeu uma área que variou de 20 a 25 hectares em média. O critério utilizado para divisão da área levou em conta estudos técnicos que determinavam a qualidade do solo e o acesso à água. Desse modo, os parceiros que receberam áreas onde a qualidade da terra é menor, por consequência receberam áreas maiores, como forma de compensação.

### **3.3. Incentivos do Governo**

Todos os assentados entrevistados receberam no mínimo três recursos do governo federal, com a finalidade de ajudá-los no momento da formação do assentamento e dar condições para desenvolver as atividades dentro das parcelas.

Os benefícios/incentivos do governo ofertados aos trabalhadores foram divididos em três partes: Fomento, Habitação e financiamento por via do PRONAF.

O primeiro benefício, chamado de “Fomento”, foi recebido pelos assentados logo após a divisão dos lotes. Este benefício veio em forma de moeda corrente no valor de R\$ 1.200,00 para cada assentado. Este valor era destinado ao sustento da família no período inicial das atividades agrícolas na parcela.

O segundo benefício, chamado de “Habitação”, constitui-se em R\$ 2.000,00, que foi destinado a construções de casas de alvenaria em cada parcela. De certa forma esse benefício incentivou a melhoria da condição de vida dos assentados, tendo em vista que muitos, mesmo já em suas parcelas, ainda moravam em barracos de lona.

---

<sup>10</sup> Dados obtidos através de entrevista realizada em setembro de 2011 com o Sr. E. O. M. (51) assentado e presidente da APLAFAGR.

O terceiro benefício cedido aos assentados do Gardinha foi o financiamento bancário via PRONAF “A”. Essa linha de crédito concedeu o valor de R\$ 12.000,00, destinados a compra de gado leiteiro e construção de benfeitorias na parcela.

De acordo com o Manual de Crédito Rural – MCR, o financiamento via PRONAF<sup>11</sup>

[...] destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural. (MCR, 2008, p. 5)

Desta forma, através das entrevistas, conseguimos verificar que este financiamento foi o grande propulsor da atividade agropecuária no assentamento, principalmente ligada à produção leiteira. Conseguimos observar que o financiamento via PRONAF possibilitou que todos os assentados comprassem suas vacas e assim, proporcionou o início da produção leiteira naquele assentamento.

### **3.4. Infra-Estrutura**

O Assentamento Rural Gardinha tem como principal via de acesso à cidade de Jardim a BR-060. São 13 km percorridos em via asfaltada, e o restante, inclusive as que cortam o assentamento, por estradas vicinais em boas condições de circulação.

Conforme dados obtidos nas entrevistas, o assentamento conta com água encanada e energia elétrica, que atende todos os assentados.

No interior do assentamento existe um posto de saúde, demonstrado na figura 2, que atende tanto a população do assentamento como a população das fazendas próximas. O atendimento é restrito em uma vez por semana, quando médicos e enfermeiros se deslocam da cidade de Jardim para o assentamento, realizando exames e tratamentos considerados de menores complexidades.

---

<sup>11</sup> Para mais detalhes conferir também o site do Pronaf. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>



**Figura 2** - Posto de Saúde do Assentamento Guardinha – Jardim-MS.  
Fonte: LEITE, 2011.

O assentamento não possui escola, porém conta com transporte escolar, considerado bom pelos entrevistados, que leva alunos de todas as faixas etárias para as escolas da cidade de Jardim e do distrito de Boqueirão.

Outro fator positivo é que todas as casas do assentamento são de alvenaria, o que pode caracterizar uma melhoria na condição de vida das pessoas que ali residem.

### 3.5. Produção no Assentamento

A produção no Assentamento Rural Guardinha é de base familiar onde o trabalho é realizado tendo como mão-de-obra essencial o núcleo familiar, ou seja, filhos e esposas participam de todo o processo de produção dentro da parcela.

A agricultura camponesa de base familiar tem mostrado cada vez mais a sua importância no Brasil. Essa importância se expressa por meio de dados, a exemplo dos levantados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detêm 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. (PORTUGAL, 2004, p. 1)

Nesse contexto o assentamento o rural Guardinha se caracteriza pela produção leiteira, sendo que 11 dentre os 15 entrevistados relataram produzir leite para o comércio.

A produção de leite no assentamento tem dois destinos: uma parcela dos assentados vendem o leite para laticínios da cidade de Guia Lopes da Laguna e de Rio Brillhante, outra parcela vende o leite para a assentada E.L.A (51), que juntamente com o esposo produzem derivados, que são vendidos em mercados da região. Cabe destacar, segundo a entrevistada referida acima, que a produção de derivados do leite no lote, tem propiciado a geração de até duas vagas de emprego no âmbito do próprio assentamento. Contudo essas vagas são disponibilizadas nos períodos do ano em que ocorre uma maior produção leiteira.



**Figura 3** - Parcela onde são fabricados derivados do leite dentro do Assentamento.  
Fonte: LEITE, 2011.

A venda do leite é feita pelos assentados de forma individual, sendo que cada um vende sua produção a quem lhe for conveniente. Geralmente a venda se dá em termos de maior preço pago por litro de leite, assim, procuram vender o leite onde for mais vantajoso.

Em termos de produção agrícola, a produção no assentamento é bastante diversificada. Observando a Tabela 3, podemos constatar que boa parte dessa produção diversificada é destinada a subsistência familiar.

**Tabela 3** - Produção por Assentado/entrevistado no Assentamento Rural Guardinha em Jardim-MS.

Entrevistados	Produção Agrícola	Criação de animais	Produtos destinados ao mercado	Produtos destinados a subsistência familiar	Renda familiar (em R\$)
1	Cana-de-açúcar, banana, abacaxi, mamão e mandioca.	23 cabeças de gado	Leite	Cana-de-açúcar, banana, abacaxi, mamão e mandioca.	700,00
2	Cana-de-açúcar, mandioca, hortaliças e banana.	25 cabeças de gado, porcos e galinhas.	Leite	Cana-de-açúcar, mandioca, hortaliças e banana.	545,00
3	Cana-de-açúcar, mandioca e banana.	11 cabeças de gado e galinhas	Leite	Cana-de-açúcar, mandioca e banana.	400,00
4	Milho, feijão, melancia, abobora e hortaliças.	12 cabeças de gado, porcos e galinhas	Derivados de leite, feijão, melancia e conservas de pequi e guavira	Milho, abobora e hortaliças	3.000,00
5	Cana-de-açúcar, mandioca, banana e hortaliças	30 cabeças de gado, porcos e galinhas	Leite	Cana-de-açúcar, mandioca, banana e hortaliças	600,00
6	Cana-de-açúcar, mandioca, tomate, batata doce, quiabo, abobora, mamão, banana e hortaliças	12 cabeças de gado, porcos e galinha.	Leite, mandioca, tomate, batata doce, quiabo, abobora, mamão, banana	Cana-de-açúcar, mandioca, batata doce, quiabo, abobora, mamão, banana e hortaliças	800,00
7	Feijão, milho e mandioca	0	Feijão, milho e mandioca	Milho, mandioca e galinhas	400,00
8	Cana-de-açúcar, mandioca, banana e hortaliças	51 cabeças de gado, porcos e galinhas	Leite	Cana-de-açúcar, mandioca, banana e hortaliças	500,00
9	Mamão, banana, mandioca, hortaliças, eucalipto e capim Napier.	40 cabeças de gado, porcos e galinhas	Gado em pé, queijo, ovos e eucalipto.	Mamão, banana, mandioca, hortaliças galinhas e porcos	545,00
10	Hortaliças	23 cabeças de gado, porcos e galinhas.	Gado em pé	Hortaliças, porcos e galinhas	545,00
11	Mandioca, abacaxi, banana e hortaliças	12 cabeças de gado.	x	Leite, mandioca, abacaxi, banana e hortaliças	500,00
12	Mandioca e hortaliças	15 cabeças de gado e galinhas	Leite	Mandioca, hortaliças e galinhas	300,00
13	Mandioca e pomar	17 cabeças de gado e galinhas	Leite	Mandioca, pomar e galinhas	545,00
14	Eucalipto e hortaliças.	24 cabeças de gado.	Leite	Hortaliças.	2.000,00
15	Capim Napier e mandioca	22 cabeças de gado.	Gado em pé	Mandioca	800,00

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada nos meses de julho a setembro de 2011.

\* Na Tabela 3, o “x” representa nenhuma produção no campo destinado.

Ainda na Tabela 3, podemos perceber que em algumas parcelas não ocorre a diversificação da produção, que é voltada, na maior parte, para a produção de gado para abate.

Em termos gerais, podemos relacionar a diversificação da produção ao aumento da renda das famílias. Isso porque surge a possibilidade de inserção do excedente alimentar no mercado para garantir a aquisição de outros bens necessários. Outro motivo importante é que

por se tratar de produção diversificada, o assentado consegue produzir diferentes produtos o ano inteiro, mantendo uma renda familiar perene.

Além disso, a diversidade agrícola favorece a qualidade da alimentação e a segurança alimentar das famílias.



**Figura 4** – Produção diversificada na parcela do entrevistado O. I. P. (54).  
Fonte: LEITE, 2011.

Também é possível verificar o fato da maioria das famílias assentadas viverem exclusivamente da renda gerada no próprio lote. Porém, conforme demonstra a Tabela 4, podemos constatar que em alguns casos, existe a realização de atividade remunerada dentro e fora do assentamento, em vários setores, todos com o propósito da complementação da renda familiar.

**Tabela 4** - Outras fontes que contribuem para a renda das famílias Assentadas/entrevistadas.

Entrevistado	Trabalho assalariado temporário em fazendas	Bolsa Família	Trabalho assalariado na cidade (mecânico de automóveis)	Venda de cosméticos	Aposentadoria	Funcionário Público
1	X					
2		X	X			
3					X	
4						
5						
6				X (esposa)		
7						
8						
9					X	
10			X			
11	X					
12						x (esposa)
13						
14						
15						

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de julho a setembro de 2011.

As atividades não-agrícolas realizadas dentro e fora do assentamento é uma prática que vem se tornando cada vez mais comum no meio rural brasileiro. Essas atividades são denominadas por Graziano da Silva (2001, p, 41-42) como pluriativas. Nesse sentido o autor evidencia que

o número das famílias pluriativas, nas quais seus membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas vem aumentando. Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não-agrícolas, garantido sua sobrevivência mediante transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p, 41-42).

No caso do Assentamento Guardinha, conseguimos identificar a diversificação da produção como fator preponderante para a necessidade da busca por outra atividade como forma encontrada para prover o sustento da família. Nesse sentido, a realização de outra atividade remunerada, dentro ou fora do lote ocorre em função da necessidade de garantir a complementação da renda familiar, principalmente quando a renda obtida com a produção não é suficiente para atender todas as necessidades da família. Não podendo deixar de apontar que também existem outras fontes de renda e trabalho como forma de aumentar a qualidade de vida e renda das famílias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato a estrutura fundiária no Brasil, que foi historicamente marcada pela concentração de terra e de renda nas mãos dos grandes latifundiários, sempre foi respaldada pelo Estado, que por muitas das vezes se preocupou em criar leis voltadas ao interesse da classe dominante.

A questão agrária brasileira se agrava ainda mais no século XX, após longos períodos de crise vividos pela monocultura no país, o que refletiu diretamente sobre os trabalhadores rurais.

Ainda sob os reflexos da crise econômica, a exemplo da crise da economia cafeeira, teve início a industrialização no país, que foi seguida por uma busca constante por mercados consumidores e uma esperança de mudança na estrutura fundiária brasileira. Porém, a industrialização não foi o suficiente, e a esperança de melhoria na estrutura fundiária não se concretizou. Pelo contrário, distanciou ainda mais os trabalhadores da terra.

Além disso, com o emprego da mecanização no campo, expropriou-se mais trabalhadores que foram expulsos do campo. Dessa forma, a mecanização da agricultura contribuiu para a exclusão do acesso a terra de milhares de camponeses que foram forçados a migrar para as periferias das grandes cidades a procura de novas oportunidades. Com a modernização da agricultura no Brasil fica mais explícita a concentração de terras e de riquezas, que agora recebe apoio do Estado para continuar crescendo. Enquanto isso os pequenos proprietários e camponeses são cada vez mais esquecidos pelo governo.

Foi nesse contexto de expropriação camponesa, de modernização e de assalariamento no campo, bem como de urbanização no Brasil que se intensificaram os inúmeros problemas sociais. Como consequência dos inúmeros conflitos e tensões sociais foi que surgiram os movimentos sociais, principalmente aqueles ligados ao campo.

Assim, visando uma melhor distribuição da riqueza no país, milhares de trabalhadores rurais sem-terra se submetem a amargos anos vividos em barracos de lona preta, nos mais inóspetos locais. Foi, portanto, em lutas e reivindicações como estas que surgiu o Assentamento Rural Gardinha no município de Jardim, em Mato Grosso do Sul.

Na proposta de entendimento da vida camponesa dentro do Assentamento Gardinha, conseguimos por intermédio deste trabalho apreender um pouco da realidade vivenciada pelo assentamento. A vontade de produzir, que por vezes esbarra na falta de

incentivos governamentais, constrói nos assentados a capacidade de enfrentar as dificuldades da vida camponesa.

O fato de o assentamento ter sido implantado em área de solo fraco para a agricultura forçou os trabalhadores a buscarem, na criação de gado e na produção de leite, a principal fonte de renda da família. Assim, a agricultura presente, se desenvolve principalmente para a subsistência da família camponesa, e o pouco que sobra em alguns casos é vendido em pequenos mercados no município de Jardim como meio de complementar a renda.

A estrutura agrária brasileira, que sempre privilegiou a concentração de terra e riqueza ao longo da história, só possibilitou o aumento, cada vez maior, da desigualdade social. Esta que por sua vez se reflete no campo, tendo em vista que muitos camponeses vivem em condição de pobreza, produzindo quando muito para a subsistência. Os principais incentivos do Estado, que até nos dias atuais privilegia o grande proprietário rural, não possibilita a construção de um espaço agrário mais justo, no qual o assentado estaria inserido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual de Crédito Rural – MCR**. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/0706117993.doc>. Acesso em: 04 nov. 2011.

BUAINAIN, A. M. (coord.) et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2008.

CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, C. B. **Vozes da terra: lutas e esperanças dos Sem-Terras**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009. 320 p.

FERNANDES, B. M. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In BUAINAIN, A.M. (coord.) et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2008.

FOSCHIERA, A. A. **Movimentos sociais: novos rumos?** In: THOMAZ JUNIOR, A. e FRANÇA JUNIOR, L. B. (orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, SP. Ed. Centelha, 2010.

GIRARDI, E. P. e FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera/atlas](http://www.fct.unesp.br/nera/atlas). Acesso em: 27 maio 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária?** São Paulo. Brasiliense, 2007. (coleção primeiros passos; 18)

\_\_\_\_\_. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>. Acesso em: 16 nov 2011.

HESPANHOL, A. N. **O desenvolvimento do campo no Brasil**: In FERNANDES, B. M. et al (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 1º Ed, 2007.

LINS, M. **Uma agenda atual das políticas públicas**: In BUAINAIN, A.M. (coord.) et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2008.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS**. Dourados, MS: UEMS/UFGD, 2009. 196 p.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Presidente Prudente, SP. Revista NERA ano 9, n. 8, 2006. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera/atlas](http://www.fct.unesp.br/nera/atlas). Acesso em: 14 out. 2011.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologias. Presidente Prudente: [s.n], 2009. 571 f. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/teseana.pdf>. Acesso em: 20 maio 2011.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma Agrária**. Estudos Avançados, 2001. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/blog/?p=16203>. Acesso em: 10 nov 2011.

OLIVEIRA, A. U. **“É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva”**. Entrevista realizada em 14/02/2011 pelo IHU On-Line. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/blog/?p=16203>. Acesso em: 14 maio 2011.

OLIVEIRA, A. U. e FARIA, C. S. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. 2010. Disponível em [http://egal2009.easyplanners.info/area06/6193\\_OLIVEIRA\\_Arivaldo\\_Umbelino.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area06/6193_OLIVEIRA_Arivaldo_Umbelino.doc). Acesso em: 27 out. 2011.

PORTUGAL, A. D. **O desafio da agricultura familiar**. EMBRAPA, 2004. Disponível em <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em: 04 nov. 2011

SCHWENGBER, I. **Quando o MST é notícia**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 180 p.

SIGAUD, L. M. **Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na mata pernambucana**. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, T. P. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente, 2004. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tania.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2011.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O pivô da questão”**. Disponível em [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/09/ademirterra.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/09/ademirterra.pdf). Acesso em: 09 nov. 2011.

## SITES CONSULTADOS

EMBRAPA - [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)

FETAGRI - [www.fetagrims.org.br](http://www.fetagrims.org.br)

INCRA - [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

PRONAF - [www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf)

## **ANEXOS**

## Anexo A: Roteiro de Entrevista

### Assentamento Guardinha – julho 2011

#### **Histórico da luta pela terra.**

1. Quando e como o acampamento se formou?
2. O que o motivou a ir para o acampamento?
3. Onde morava antes de se tornar acampado/assentado?
4. Quanto tempo aguardou a espera da terra? Em que condições?
5. De quem vocês receberam apoio durante o período em que permaneceram acampados?
6. Que tipo de apoio receberam?
7. Qual o tamanho da parcela que recebeu?
8. Avalie sua vida antes, durante e depois do acampamento.
9. O que você entende por reforma agrária?

#### **Infra Estrutura**

1. Descreva o quais infra-estruturas existem no assentamento:  
 - Água encanada\_\_\_\_\_, luz elétrica\_\_\_\_\_, estradas\_\_\_\_\_, posto de saúde\_\_\_\_\_, escola\_\_\_\_\_, outra\_\_\_\_\_.

#### **Produção**

1. O que você produz em sua parcela?
2. Produz somente para a subsistência da família?
3. Se comercializa parte do que produz, qual é o destino da produção?
4. Qual é a renda mensal da família?
5. A renda obtida é suficiente para o sustento da família? Se não qual a outra função desempenhada para prover o sustento da família?
6. A família é composta de quantas pessoas? \_\_\_\_\_ Quantas trabalham?\_\_\_\_\_
7. Na sua opinião, o que estaria sendo produzido nesta terra se não fosse transformada em assentamento?

## **Incentivos do Governo**

1. Todos os assentados receberam algum tipo de incentivo do governo?
2. Se sim, qual?
3. Se não, por quê?
4. Solicitou algum financiamento no banco? Se sim qual?
5. O que é preciso para efetuar um financiamento? O que o banco exige? Quais são as condições?
6. Como é a forma de pagamento?
7. Vocês possuem assistência técnica. Se sim, de quem?

## **Associação no assentamento**

1. O assentamento possui associação?
2. Quando e por que ela foi criada?
3. Qual a função que a associação desempenha atualmente?
4. Você considera a associação importante? Por quê?

**Anexo B: Pagina 32 do Diário Oficial Nº 224, de 24 de novembro de 1999.**



**Anexo C: Portaria INCRA/SR-16/MS/Nº 25, de 22 de setembro de 2000.**